

Elton Manoel

Obstáculos a transpor

ESTADO DE SÃO PAULO

30 SET 1993

Cortar US\$ 25 bilhões dos gastos federais previstos para 94 pode parecer muito ambicioso, e talvez seja. Não é, no entanto, mais ambicioso do que a pretensão de fazer do Brasil um país contemporâneo, com inflação mais baixa, governo mais eficiente, mais pessoas trabalhando produtivamente e menos pobres nas ruas. Porque há um vínculo incontornável entre as duas questões, é preciso levar a sério a pretensão do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, embora a tarefa, ninguém se engane, seja muito difícil. Este é o paradoxo do realismo no Brasil. Ser realista, neste país, é combinar o ceticismo, inevitável para quem não perdeu a visão do cotidiano político mesquinho, com a certeza de que não há saída senão tentar o improvável.

O ministro deve propor ao pre-

sidente da República, Itamar Franco, uma decisão simples na aparência. O primeiro passo é ver se vai haver apoio para mudanças drásticas, a partir de uma revisão constitucional. As alterações deveriam incluir, entre outros pontos, maior abertura ao capital estrangeiro, a redistribuição de funções entre os níveis de governo, o fim dos monopólios do Estado, a reforma da Previdência Social e a reestruturação do sistema tributário. Técnicos e políticos de partidos e de orientações diferentes, alguns deles com mandatos parlamentares, têm manifestado um significativo acordo quanto a esses tópicos. Isso não implica, no entanto, que haja apoio parlamentar suficiente para as reformas necessárias.

Sendo esse apoio improvável, há uma segunda saída: tentar as

mudanças por iniciativa do Executivo, recorrendo ao Congresso apenas quando indispensável. Seria o caso de se perguntar por que esse caminho não foi tentado antes. Há pelo menos uma resposta razoável: por ser preferível, politicamente, a solução negociada. Os grandes obstáculos, porém, não estão apenas no Congresso. O Executivo tem sido impotente para fiscalizar, por exemplo, as empresas do governo federal. As vantagens conquistadas pelos 120 mil funcionários do Banco do Brasil, em acordo firmado na semana passada, mostram o peso dos interesses corporativos, denunciados por parlamentares do PPR, do PFL

FHC propará ao presidente uma decisão simples na aparência, mas politicamente complexa

e do PT — a minoria de sempre. O ministro do Planejamento, segundo assessores, anda irritado com a condução das negociações salariais em várias empresas do governo. Essas novas idéias foram divulgadas em Washington, nesta se-

mana, por serem assunto de conversa com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Para os especialistas do FMI, devem ser propostas com sentido, isto é, consistentes e tecnicamente recomendá-

veis. As condições de sua execução, porém, são algo muito diverso. Quantos, a começar pelo presidente da República, estão de fato dispostos a apoiar as medidas que o interesse público recomenda?